

Semanário Económico: Do seu ponto de vista, em que momento é que a gestão da autarquia começou a deteriorar-se?

Sidónio Pardal: A gestão urbanística começa a deteriorar-se a nível nacional nos anos 60 com as alterações legislativas que passaram a permitir o licenciamento de urbanizações particulares sem qualquer enquadramento em planos de urbanização. A partir de então instalou-se um regime de emissão oculta de mais-valias, sem qualquer procedimentalização e isso viciou e corrompeu o sistema de planeamento do território.

Os direitos e deveres da propriedade imobiliária estão incipientemente explicitados e não são respeitados na prática do planeamento e utilização do solo, daí o estado de abandono e de ruína que se observa em grande parte do território. Estas patologias jurídicas e administrativas prejudicam não só a prática profissional dos urbanistas mas afectam também, profundamente, o exercício dos cargos de responsabilidade política.

A crise agora aberta na Câmara de Lisboa é mais um sintoma revelador de erros estruturais.

Semanário Económico: Qual é o problema que é prioritário resolver na autarquia?

Sidónio Pardal: Há muitos problemas que têm de ser enfrentados em simultâneo.

Em boa verdade, desde os anos 60 que Lisboa não tem uma base de planeamento urbanístico bem estruturada. A figura do PDM é imprópria para sustentar uma concepção urbanística e contribui para alimentar uma gestão cega onde se cultiva o poder burocrático e administrativista hostil ao desenvolvimento criativo, à inteligência e às razões de justiça.

Há dezenas de anos que a cidade mostra milhares de edifícios em ruínas; a especulação fundiária não tem limites; os preços do solo atingem valores ofensivos; as políticas de habitação continuam a produzir bairros de segregação e exclusão social; algumas das redes de infraestruturas urbanas, que deviam prestar serviços a preços tarifados, são entregues a uma gestão que tende a praticar preços de monopólio; e, bem vistas as coisas, o modelo de planeamento instalado fomenta e sustenta este estado de coisas.

Semanário Económico: Qual deve ser a marca distintiva da cidade?

Sidónio Pardal: A cidade deve distinguir-se pela autenticidade dos seus valores. A pergunta tem subjacente um conceito pós-moderno que associa a questão urbanística da cidade a uma publicidade quase comercial que não recomendo. A cidade necessita de uma ordem que assegure a disponibilização dos seus recursos e, em particular, dos seus espaços edificados para a sua função social a preços razoáveis.

Em vez de apostar em marcas recomendaria que se valorizasse a identidade substantiva da cidade, materializada na sua estrutura arquitectónica e paisagística, na eficiência das suas redes e serviços, na educação e integração social das pessoas. É também importante actuar na regulação do mercado imobiliário e no apoio à localização de empresas promotoras de desenvolvimento económico.

In Semanário Económico, Maio de 2007